

ECODESENVOLVIMENTO: proposta que enceta uma correlação entre crescimento econômico, inclusão social e proteção ambiental com foco nas futuras gerações

Tiago Batista Cerqueira ¹
Jairton Fraga Araújo ²
Anna Christinna Freire Barbosa ³
Alexandre Boleira Lopo ⁴
Fábio Del Monte Cocozza ⁵
Marcos Victor do Carmo Loiola ⁶

Políticas públicas, Legislação e Meio Ambiente

Resumo

Superando uma visão míope de progresso da sociedade reduzido a indicadores econômicos, que historicamente demonstrou ser socialmente excludente e ambientalmente insustentável, o desenvolvimento sustentável emerge nos últimos cinquenta anos como uma nova proposta desenvolvimentista, visando integrar aspectos quantitativos e qualitativos que expressem o crescimento econômico em um contexto de inclusão social e proteção ambiental. Neste percurso, é relevante evidenciar a evolução conceitual do ecodesenvolvimento e a construção de mecanismos internacionais que visam transcender as acepções teóricas para a governança da práxis da sustentabilidade. Deste modo, este trabalho consiste em um estudo bibliográfico que examina esta trajetória a partir de seu nascimento na década de 1970 ao tempo atual, pontuando sobre os principais instrumentos de ação multidimensional para o ecodesenvolvimento que culminaram na atual fase dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável postulado pela Agenda 2030.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável; Sustentabilidade; Agenda 2030; ODS; Movimento Ambientalista.

¹ *Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPDADT). UNEB – DTCS / Campus III, tiagobhc@gmail.com.*

² *Prof. Dr. Permanente e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPDADT). UNEB – DTCS / Campus III, jafaraujo@uneb.br.*

³ *Profª. Dra. Permanente e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPDADT). UNEB – DTCS / Campus III, acbarbosa@uneb.br.*

⁴ *Prof. Dr. Permanente e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPDADT). UNEB – DTCS / Campus III, alexandre.nlopes@gmail.com.*

⁵ *Prof. Dr. Permanente e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPDADT). UNEB – DTCS / Campus III, agrobio.alimentos@gmail.com.*

⁶ *Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPDADT). UNEB – DTCS / Campus III, mloiola@gmail.com.*



INTRODUÇÃO

A Revolução Industrial no século XVIII desencadeou um novo ritmo de produção e consumo dos recursos ambientais, ora visto como mero capital natural. Esse acontecimento somado a um modelo socioeconômico míope baseado meramente na maximização dos rendimentos econômicos demonstraram ser socialmente inconsequente e ambientalmente insustentável.

Diante dessa percepção integrado à consciência de finitude da capacidade de suporte da biosfera, insurge no último terço do século XX um debate mais holístico sobre a relação entre meio ambiente e desenvolvimento, encetando um planejamento para um crescimento econômico conciliado com a inclusão social, preservação da natureza e sob uma perspectiva de equidade intergeracional.

Esse ideal, denominado como desenvolvimento sustentável, ou ecodesenvolvimento, é uma pauta contemporânea e que tem sido objeto de compromissos internacionais com viés de exceder as concepções conceituais para as práxis. Perante tais explanações, este trabalho tem como objetivo contextualizar e explorar as dialéticas que conduziram para essa racionalidade de planejamento e que resultaram na criação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, proclamado na Agenda 2030.

METODOLOGIA

Este resumo decorre de diálogos interdisciplinares promovido pelo Programa de Doutorado em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT) no polo UNEB e deriva de um trabalho maior dedicado a um possível capítulo de livro provocado pela disciplina “Agroecologia, Território e Desenvolvimento”.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica exploratório sobre a trajetória do ecodesenvolvimento realizado por meio de estudos de documentos oficiais e de artigos publicados e em repositórios digitais como na SciELO e Google Scholar. Como palavras chaves pesquisou-se por desenvolvimento, sustentável, sustentabilidade, ODS e ecodesenvolvimento; nos idiomas inglês, espanhol e português.

Realização

Apoio Institucional

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por muito tempo o termo desenvolvimento era tratado como sinônimo de crescimento econômico, sendo mensurada apenas pelos indicadores quantitativos na economia. Contudo, o discernimento desta dicotomia emergiu da compreensão do teor qualitativo e multidimensional do desenvolvimento, que também deve considerar aspectos culturais, políticos e sociais e ter como fim melhorias na qualidade de vida da população (MENSAH, 2019; TORRÊS et al, 2020).

Não obstante, reconhecendo os ciclos viciosos de degradação e poluição ambiental consequente dos modos de produção, consumo do capital natural e a finitude dos recursos naturais, em 1972 ocorreu em Estocolmo a Primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, um marco histórico na governança global sobre a desenvolvimento e meio ambiente. Nesse evento foi mencionado pela primeira vez o termo ecodesenvolvimento, por Maurice Strong, que depois viria ser conceituado por Ignacy Sachs como um modelo de crescimento econômico associado a equidade social e proteção ambiental a longo prazo (COSTA et al, 2019).

Perante uma crescente preocupação quanto aos problemas sociais e à capacidade de suporte da natureza para a continuidade do desenvolvimento, a ONU constituiu em 1983 a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas (CMMAD), que presidida pela Primeira-Ministra norueguesa Gro Harlem Brundtland, publicou em 1987 o relatório Nosso Futuro Comum, onde o termo desenvolvimento sustentável foi oficialmente conceituado como “[...] aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991, p. 46).

Na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada no Rio de Janeiro em 1992 (Rio92), o termo desenvolvimento sustentável ficou definitivamente difundido em todo o planeta, de modo que este termo esteve presente em 12 dos 27 princípios postos pela Declaração do Rio, compondo uma importante fonte formal do direito ambiental (SANTOS; MEDEIROS, 2020).

Dentre tantos outros importantes documentos resultantes da Rio92, a Agenda 21 foi



um dos primeiros instrumentos de ação, que abordando temas como fim da pobreza e da desigualdade social, participação popular, proteção dos ecossistemas, gestão de resíduos, fortalecimento institucional e da educação, visava transcender as concepções teóricas para a práxis da sustentabilidade, inclusive trazendo orientações para planos de ações a nível global, nacional e local (MARTINS et al, 2015; BARBIERI, 2020).

Nos anos 2000, a ONU estabeleceu os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que adotado por 189 países, consagrava um pacto global de gestão socioambiental para atender determinadas prioridades para se alcançar o desenvolvimento sustentável. Ao todo, foram postos oito objetivos com 21 metas e 60 indicadores, que almejavam a superação da fome e da pobreza, universalização da educação e da saúde e proteção ambiental até 2015 (ROMA, 2019).

A inovação quanto a metodologia e definição de prioridades dos ODM surtiram efeitos positivos na mobilização global, de modo que na Conferência Rio+20, realizada em 2012 no Rio de Janeiro, ressaltou a importância de uma nova agenda após o prazo dos ODM. Diante disso, em 2015 a ONU lançou o documento “Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, que fundamentado em 5P’s (Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parceria) estabeleceu 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) com 169 metas e 200 indicadores para serem alcançados dentro prazo de 2030 (ALVES; FERNANDES, 2020).

Em vigor atualmente, os ODS incorporam as agendas passadas e definem uma gama de prioridades multidimensionais, que abrangem o fim da fome, inclusão social, acesso a água, saneamento, educação, saúde, energias renováveis, inovações, combate as mudanças climáticas, indústria, proteção dos biomas, cooperação institucional, justiça e paz, e tem como propósito guiar o crescimento econômico conciliado com o progresso social e preservação ambiental (KLARIN, 2018; BARBIERI, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os últimos cinquenta anos foram marcados por uma crescente corrente em busca de uma nova proposta de desenvolvimento da sociedade que seja capaz de conciliar o

crescimento econômico em um contexto socialmente inclusivo e em harmonia com a natureza. Nesse panorama, o adjetivo sustentável e o prefixo eco, objetiva trazer esse novo sentido para o desenvolvimento, fundamentado no respeito as futuras gerações. Não obstante, é notório que as concepções teóricas evoluíram e transcenderam do papel em formas planos de ações para a governança dos sistemas socioecológicos, sendo os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável a agenda mais atual e que decorre de uma trajetória de construções e experiências passadas.

REFERÊNCIAS

ALVES, E. E. C.; FERNANDES, I. F. de A. L. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável: uma transformação no debate científico do desenvolvimento?. **Meridiano 47-Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais**, v. 21, 2020.

BARBIERI, J. C. **Desenvolvimento sustentável: Das origens à agenda 2030**. Petrópolis, Editora Vozes, 2020.

CMMAD, Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. *Nosso futuro comum*. 2a. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

COSTA, L. F. da et al. Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável no contexto das Ciências Sociais: do Século XVIII ao Século XXI. **Revista Metropolitana de Sustentabilidade (ISSN 2318-3233)**, v. 9, n. 2, p. 6-19, 2019.

KLARIN, T. The concept of sustainable development: From its beginning to the contemporary issues. **Zagreb International Review of Economics & Business**, v. 21, n. 1, p. 67-94, 2018.

MARTINS, C. T. B. et al. Da Rio-92 à Rio+ 20: avanços e retrocessos da agenda 21 no Brasil. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 42, n. 3, p. 97-108, 2015.

MENSAH, J. Sustainable development: Meaning, history, principles, pillars, and implications for human action: Literature review. **Cogent Social Sciences**, 5 (1). 2019.

ROMA, Júlio César. Os objetivos de desenvolvimento do milênio e sua transição para os objetivos de desenvolvimento sustentável. **Ciência e cultura**, v. 71, n. 1, p. 33-39, 2019.

SANTOS, D. M. C.; MEDEIROS, T. de A. Desenvolvimento sustentável e agenda 21 brasileira. **Ciência Atual-Revista Científica Multidisciplinar do Centro Universitário São José**, v. 15, n. 1, 2020.

TORRÊS, E. F. et al. CAPÍTULO 11 – Nas Fronteiras do Desenvolvimento: Agricultura Familiar e processos de integração. In: REIS, Alexandre H. et al (org.). **Agroecologia e Territorialidades: do estado da arte aos desafios do século XXI**. Juazeiro/Ba: Univasf, 2020. p. 45-59.